



EIXO TEMÁTICO 1 | ESTADO, MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

AS POLÍTICAS SOCIAIS NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO BRASILEIRO NEOLIBERAL, NEOCONSERVADOR E NEODIREITISTA: desafios e tensões

SOCIAL POLICIES IN THE NEOLIBERAL, NEOCONSERVATIVE AND NEOD-RIGHTIST
CONTEMPORARY BRAZILIAN SCENARIO: challenges and tensions

Nayara de Holanda Vieira¹

RESUMO

O presente artigo apresenta uma reflexão teórica acerca das políticas sociais, no cenário contemporâneo brasileiro, frente ao projeto societário neoliberal, neoconservador e neodireitista que avança o modelo de acumulação capitalista financeirizado e vai na contra mão dos direitos humanos. Trata-se de uma pesquisa teórica do tipo bibliográfica com metodologia qualitativa, a partir da perspectiva teórica-metodológica marxista, ou seja, do método histórico dialético. Conclui-se que o atual estágio do capitalismo, na conjuntura contemporânea, tem se manifestado com instabilidades, seja nas esferas econômica, política e social, dilatando as expressões da questão social atinentes ao Brasil, com rebatimentos de barbárie que esvaziam as políticas sociais e ainda a cidadania, a democracia e principalmente as lutas da classe trabalhadora e da população mais vulnerável às desigualdades sociais, resultando na retração e no encolhimento destas no país.

Palavras-chave: Políticas Sociais. Neoliberalismo. Neoconservadorismo.

ABSTRACT

This article presents a theoretical reflection on social policies, in the contemporary Brazilian scenario, in the face of the neoliberal, neoconservative and neorightist societal project that leverages the financialized capitalist accumulation model and goes against human rights. It is a theoretical research of the bibliographic type with

¹ Assistente Social e Doutoranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: nayarahol@gmail.com.

qualitative methodology, from the Marxist theoretical-methodological perspective, that is, from the dialectical historical method. It is concluded that the current stage of capitalism, in the contemporary conjuncture, has manifested itself with instabilities, whether in the economic, political and social spheres, expanding the expressions of the social question concerning Brazil, with repercussions of barbarism that empty social policies and still citizenship, democracy and especially the struggles of the working class and the population most vulnerable to social inequalities, resulting in their retraction and shrinkage in the country.

Keywords: Social politics. Neoliberalism. Neoconservatism.

1 INTRODUÇÃO

No cenário contemporâneo brasileiro as políticas sociais tem se configurado diante de intensos desafios e tensões, tendo em vista a sociabilidade do capital globalizado, com o projeto societário neoliberal, neoconservador e neodireitista que ocasiona a regressão à proteção social como direito, o esvaziamento da democracia, da cidadania e dos espaços de participação, realocando as responsabilidades do Estado para a sociedade civil que seguem com efeitos deletérios, notadamente para a classe trabalhadora e para as populações mais vulneráveis às desigualdades sociais no país.

A discussão e o aprofundamento de reflexões críticas, acerca da conjuntura atual do Brasil, dos acontecimentos econômicos, políticos e sociais na contemporaneidade, que desvelem a atuação das ações e dos interesses do grande capital e que estão sendo desenvolvidas de forma a confrontar direitos ora conquistados pela classe trabalhadora e sobrepujando a população mais vulnerável às desigualdades sociais, esvaziando a cidadania e a democracia no país torna-se imperativa.

Por conseguinte, serão levantadas três questões problematizadoras do estudo: 1) Como o neoliberalismo, o neoconservadorismo e as ideologias neodireitistas atingem o Brasil? 2) Que tendências contemporâneas têm demarcado as políticas sociais públicas e os direitos no país? 3) Quais os desafios e tensões no cenário contemporâneo brasileiro?

O artigo é decorrente de uma pesquisa teórica, de base bibliográfica. Segue uma metodologia de cunho qualitativa, com escolha intencional da literatura de apoio para responder aos problemas levantados. Adota como perspectiva teórico-metodológica a

marxista, o que nos leva a refletir e analisar as políticas sociais no cenário contemporâneo brasileiro a partir da abordagem do método histórico dialético.

O artigo é dividido em duas partes: 1) as tendências históricas do neoliberalismo, do neoconservadorismo e da ascensão da nova direita no Brasil contemporâneo e; 2) desafios das políticas sociais públicas, no cenário contemporâneo brasileiro.

2 TENDÊNCIAS HISTÓRICAS ACERCA DO NEOLIBERALISMO, DO NEOCONSERVADORISMO E DA ASCENSÃO DA NOVA DIREITA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

As discussões acerca do neoliberalismo incidiram no cenário internacional como uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de Bem-Estar Social, no recorte temporal vivido pela então conhecida fase madura ou tardia do capitalismo, expressada pelos grandes monopólios e intensa intervenção do Estado na economia e no movimento do mercado livre, tangenciadas pelos princípios keynesianos que incidia na lógica anticrise, ocasionada pela crise de 1929, conjugada as transformações no mundo do trabalho pelo modelo fordista de produção, principalmente em países da Europa e da América do Norte, posterior a Segunda Guerra Mundial.

Behring e Boschetti (2011) afirmam que nesse recorte temporal do capital monopolizado, são constituídas as bases materiais para a expansão dos direitos humanos e de cidadania que vieram à tona através de ações de cunho políticas, intensificadas por pressões da classe trabalhadora e com a dilatação do socialismo no leste europeu que ocasionou na constituição do pacto entre capital e trabalho, coordenado pelo Estado, propiciando a chegada na Europa ocidental de governos social-democratas, com expansão do Welfare State, colocando nesta esteira, as políticas sociais de caráter universal, com o compromisso do Estado para com os direitos de cidadania com bases nos direitos civis, políticos e sociais, com vistas no crescimento econômico e no pleno emprego.

As perspectivas neoliberais foram intensas e de caráter imperativas, que levaram a pressões de ordens diversas, para uma reconfiguração do papel do Estado capitalista, caracterizada como uma reação burguesa à crise do capital dos anos 1970, justificadas como uma ameaça à liberdade econômica e política. Anderson (1995) afirma que o neoliberalismo é colocado à baila pelo teórico Friederich Hayek, ao apresentar a obra “O Caminho da Servidão”

considerado o precursor desse movimento que ganhou adeptos, defensores da liberdade de todos e contrários às correntes teóricas que se aproximavam da igualdade no período keynesiano-fordista.

Como uma reação teórica ao Estado intervencionista, Anderson (1995) afirma que a obra de Hayek, teve como propósito fomentar o combate ao keynesianismo e o solidarismo vigentes e apresentar constructos para um outro tipo de capitalismo, que encontra as condições objetivas para a sua difusão, revelando sua necessidade frente à alegação da profunda recessão da economia e dos mais altos processos inflacionários que eram resultantes, segundo o ideário neoliberal, das forças políticas da classe trabalhadora, manifestada pelos sindicatos e o aumento dos gastos sociais do Estado.

No contexto mundial atual, inúmeros países, em decorrência da crise, têm aderido às saídas neoliberais e neoconservadoras e estas têm ganhado espaço de forma irrefreável, marcados por uma nova temporalidade histórica de desenvolvimento civilizatório ou de retorno da barbárie, em que é vivenciada a era dos fenômenos sociais que se agudizam com as desigualdades sociais, manifestadas por meio da pobreza, dos excedentes de mão de obra e exclusões de diversas ordens que fazem parte do teor do capitalismo global contemporâneo.

O cenário neoliberal aponta regras políticas para além de meras alterações da doutrina liberal tradicional, que urgem no poder governamental e na operacionalização do capital. A saber, as privatizações atendem a esse chamado, e passa a ser uma das responsáveis para legitimar o sustentáculo econômico nesse novo modelo de acumulação global, flexibilizado e financeirizado ocasionando um esvaziamento da dimensão pública e democrática dos Estados Nacionais em que estes, não são capazes e nem apresentam a função de assegurar proteção social, através das políticas sociais públicas, estando cada vez mais limitado o seu papel na oferta das políticas, serviços e benefícios para ser um mero fiscalizador da racionalidade política e das práticas disciplinares características do neoliberalismo.

Sob essa ótica, Mandel (1982) analisa o papel do Estado moderno na ordem capitalista, e o designa ser um “Estado forte” que impõe cada vez mais restrições às liberdades democráticas na tentativa de depreciar e/ou extinguir o movimento organizado dos trabalhadores enquanto classe por meio da manipulação por vias ideológicas para “moldar” o trabalhador à sociedade capitalista que visa ser este consumidor, parceiro ou ser reconhecido como cidadão aos moldes dessa lógica.

Assim, para Mészáros (2011), o capital no seu desenvolvimento precisa dissipar riquezas de diferentes formas como uma estratégia de anticrise, para o enfrentamento da crise estrutural do capitalismo, colocando o Estado funcional ao capital, com intervenções pífias para a sociedade e através das saídas neoliberais e neoconservadoras que invadem a cena e acaloram as críticas ao Estado intervencionista.

A virada neoliberal demarca além da onda de privatizações, um esvaziamento da dimensão pública e democrática dos Estados Nacionais, caracterizada por Dardot e Laval (2016) como a “Era Pós-Democrática”. O Estado não pode mais assegurar proteção social, limitando-se ao papel fiscalizador e gerenciador da racionalidade política, perpassando pelas práticas disciplinares dos indivíduos através de parâmetros concorrenciais, sob a lógica do empreendedorismo, do capital humano, do empoderamento e outras formas de autoresponsabilização e autogestão.

Em países capitalistas da América Latina, especialmente o caso brasileiro, guinados pela corrente neoliberal e neoconservadora, a proteção social pública e a democracia sofrem rebatimentos de ordens diversas e vão desde a aguda reorientação de bases hostis com o ajustamento não somente de novos referenciais teóricos e ideológicos, mas às reformas que desmontam direitos humanos, dilatam as expressões da questão social, do encolhimento da cidadania e da participação, do esvaziamento da democracia e das formas mais impactantes, nessa nova fase do capital, da espoliação e expropriação.

Um novo fenômeno se coloca nos dias atuais, que Chauí (2019) chama de “neoliberalismo totalitário”, implementado pela extrema direita em várias partes do Ocidente, dentre eles o Brasil, desde 2016. A autora é enfática ao denominar a lógica totalitária, considerando que esta é imposta pela relação mercadológica, empresarial, de investimento e pela órbita meritocrática a partir de bases advindas da ideia de sociedade administrada.

Os tempos atuais são marcados por crises exponenciais, com o avanço do projeto societário neoliberal e neoconservador e da ascensão da nova direita, representando a subsunção do Estado aos interesses do capital financeirizado, com o desígnio de ampliação dos rendimentos do capital, que desencadeia crescentes formas de desigualdades e de lacuna entre as classes sociais, configurando o estado permanente de crises econômicas para alavancar políticas de austeridade e a organização do Estado neoliberal, autoritário e totalitário (HARVEY, 2014).

Países como o Brasil e aqueles de economia dependente sempre estiveram funcionais à acumulação posta pelos países desenvolvidos, centrais ou ainda industriais. Para Marini (2005), tais condições de dependência são metamorfoseadas pelas grandes potências da economia mundial, para que estas ampliem suas riquezas e concentrem o poder por meio da subordinação, seja pela economia com base em commodities, na desindustrialização e na superexploração do trabalhador. Esse caminho, leva à desproteção social por parte do Estado, o enxugamento de políticas sociais públicas, o encolhimento e o esvaziamento da cidadania e da democracia.

A composição neoliberal e neoconservadora alavancada pela nova direita, principalmente dos grupos considerados radicais que reforçam a nova ortodoxia capitalista, tem ocasionado contrariedades à luz da democracia, reduzindo-a e incompatibilizando-a com os interesses hegemônicos do grande capital, sobretudo refazendo e remodelando as concepções tradicionais da democracia e dos direitos, lançados na fase liberal do capital.

Como aponta Brown (2019), a nova direita se reconfigura ao se colocarem ameaçados na sua “superioridade” branca, cristã e heteronormativa, a partir dos impactos econômicos, políticos e culturais, ocasionados pela crise financeira de 2008. Ela ainda legitima forças antagônicas à democracia, ou seja, ideologias antidemocráticas, que esbarram e esmagam a proteção social pública, a cidadania e os direitos.

Todas essas ênfases percorrem um cenário de contradições que encontram-se diante de conflitos teórico-metodológicos e ético-políticos que requerem debates mais aprofundados com reflexão crítica, diante do crivo do projeto societário da classe dominante que se expressa a partir das mudanças nos modelos de acumulação e regulação social e alteram a substantivação da cidadania, dos direitos, do perfil das políticas sociais públicas e da democracia.

3 DESAFIOS E TENSÕES NAS POLÍTICAS SOCIAIS PÚBLICAS NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO BRASILEIRO

Nos últimos tempos, o debate sobre as políticas sociais no Brasil tem se tornado imperativo, frente aos desafios e tensões que atravessam as distintas realidades e indivíduos. O cenário atual no Brasil, apresenta a conjuntura dos ideais neoliberais, neoconservadores e de

ascensão do extremismo da nova direita no poder. É notório que esse cenário, tem se assentado no antidemocratismo, na propriedade, no valor supremo da liberdade individual que contraria a liberdade política e suas feições sobre a participação.

Como expressa a racionalidade neoliberal acentuada pela égide neoconservadora no Brasil, a difusão de valores que fortalecem a dilatação da extrema direita, tem expressado para a democracia instabilidades e ataques através de atos relativos a desconfiança desta, como forma de manutenção das elites do país no poder, e assim esbravejam a defesa das liberdades do mercado, de princípios morais políticos sob a alegação de manutenção na ordem e ainda o uso da militarização e da repressão com o intuito de manter a harmonia social.

No cenário nacional tem sido visualizado o alargamento da nova direita, esta que teve seu estopim com a ascensão de partidos de centro de direita que chegaram ao poder, ocasionado pelo impedimento da continuidade do mandato, ou seja, pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em outubro de 2015, através da Ação Penal 470. Evidenciou-se, a partir de então, a coalisão de políticas de austeridade neoliberal, configurado por muitos analistas, como golpe político, descrito por Santos (2017) como a clausura do poder constituinte do povo, ou seja, têm-se vivido o esvaziamento e o rechaçamento da democracia participativa no país.

Essa nova conjuntura vem ameaçando as políticas sociais públicas e os direitos sociais pactuados na sociedade brasileira e normatizados na Constituição Federal de 1988. Por meio das lutas dos trabalhadores, várias conquistas são materializadas através das políticas sociais e com a guinada neoliberal, enfrentam desafios de inúmeras ordens, visualizados nos ideais da “nova” ultradireita, que se aproxima ou flerta com o fascismo e impõe às políticas de proteção social, à lógica da mercadoria. Como exemplo, a Emenda Constitucional (EC) nº 95, de 2016, que instituiu um novo regime fiscal para vigorar nos próximos vinte anos, valendo, portanto, até 2036, congelou o orçamento das receitas primárias, incluindo as de seguridade social. Os investimentos sociais públicos foram reduzidos por força dessa nova regra, sob a tônica da redução de gastos, o que torna ainda mais precárias as ações dos serviços públicos, acarretando o desmonte dos direitos sociais e descaracterizando cada vez mais a proteção social advinda do Estado, a cidadania e a democracia.

Em tempos atuais, no atual governo brasileiro, iniciado em meados de 2018 adotou a “cartilha” neoliberal e neoconservadora alinhada ao projeto da nova direita no país, tem

reascendido e reluzido de forma a impactar sobremaneira na democracia brasileira, na cidadania, na participação e nos direitos, com fins de contenção de gastos públicos. O ano de 2019, no Brasil, teve como marca a aceleração das diversas medidas neoliberais e neoconservadoras como as do contingenciamento dos recursos previstos para as políticas sociais públicas, marcados pelos longos atrasos no repasse dos recursos federais, que somados aos cortes e ao congelamento do orçamento, vêm desfinanciando e dificultando a efetivação destas.

Boito Jr (2019) afirma que no Brasil vive-se um governo e um movimento de apoio a este, predominantemente neofacista, que embora tem-se um regime político de uma democracia burguesa, esta encontra-se deteriorada e, segundo o autor, o Congresso Nacional funciona sob influência efetiva no processo decisório, porém com alcance limitado pelo então designado hiperpresidencialismo brasileiro. É visível o esvaziamento na organização democrática das instituições do Estado, a partir da ótica das ameaças e atentados às liberdades políticas, da participação, resgatados pela censura, prisões arbitrárias e atentados aos direitos humanos.

Em meados de março de 2020, o país foi surpreendido pela pandemia do novo coronavírus, o que desvelou imensas desigualdades manifestadas seja nas formas de contaminação do vírus, seja nos números horrendos da mortalidade, tendo em vista, o desgoverno e a falta de uma política nacional orientadora das ações de enfrentamento da doença. A crise pandêmica ocasionada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) tem acarretado mudanças de forma imperativa e abrupta, que alteraram significativamente a vida cotidiana das pessoas nos mais diversos países. O distanciamento físico e social, o uso de máscaras e de álcool, como estratégia preventiva contra a transmissão do vírus tem desencadeado inúmeras reações e interesses por parte do capitalismo mundial no que diz respeito a sua funcionalidade, observada aqui o alargamento da sua crise estrutural que persiste desde a década de 1970.

As medidas adotadas no Brasil pelas autoridades sanitárias e pelo governo culminaram na decretação do estado de calamidade pública que determina ações propícias ao isolamento social e à redução ou à paralisação de diversos serviços, com exceção daqueles considerados essenciais. Entretanto, o presidente do país não adotou uma política unificada de combate à disseminação do vírus e tem pregado o retorno das atividades econômicas desde a primeira fase da doença, visualizando a priori, uma forte tensão e desarmonia geradas pelo discurso

negacionista e de ódio, que tende a priorizar o lucro e não a vida, com a manipulação de ideologias por meio de notícias falsas (fake news), caminhando para ações de inspirações fascistas e racistas, estimuladas pela nova direita no país.

O alastramento da pandemia da Covid-19, ainda beira o ano 2022, com consequências catastróficas no Brasil, que mesmo em meio ao quantitativo elevado de mortes e de infectados pelo vírus, a população deparou-se a priori com a não priorização dos investimentos públicos para a compra de imunizantes, diante do caráter emergencial para o bloqueio do vírus, com ênfase para um panorama caótico de constantes ataques às políticas sociais públicas por parte dos poderes constituintes do Estado. Nessa relação contraditória, é demonstrada nitidamente a necessidade de um Estado interventivo tanto na defesa para as condições de existência das pessoas, quanto na regulamentação da economia, o que comprova que as políticas defendidas pela lógica neoliberal e neoconservadora não oferecem resolutividade para a realidade no Brasil e no mundo.

Neste contexto geopolítico é vivificado o que Fontes (2017) denominou de “rapinagem burguesa”, considerando a subtração ardilosa, a espoliação e a expropriação de longas conquistas das classes populares, dentre elas a classe trabalhadora, e dos direitos. Para o autor, é reavivada as ações de filantropia com caráter mercadológico que ocasionam na desidratação das políticas sociais públicas e colocam as diversas manifestações da questão social atinentes ao Brasil, ajustadas aos interesses econômicos e das mais diversas ordens do capital contemporâneo.

Torna-se urgente a adoção de políticas de proteção social pública e requer ações de cunho econômico e social, por parte do Estado através de serviços sociais públicos, ou seja, as políticas públicas, para minimizar os efeitos deletérios, priorizando sempre o direito à vida, que deve ser entendido como superior aos interesses hegemônicos do capital, alargando a cidadania e diminuindo os vazios democráticos do país.

A partir dessa ótica, é imperativo na sociedade brasileira, refletir sobre as políticas sociais públicas e os direitos, frente aos desafios e tensões ora apresentados no contexto brasileiro, resgatando o potencial da participação popular, como estratégia política, como forma de assegurar os direitos previstos nas leis, ora positivados, para que sejam materializados e assim deem substantividade à cidadania brasileira.

Todas essas ênfases que perpassam o debate das políticas sociais, no Brasil, percorrem um cenário de contradições, desafios e tensões que perpassam por todo processo da égide neoliberal, neoconservadora e sob a tônica neodireitista, que segundo Teixeira (2008), não se deve perder de vista o modo dominante ou a “nova cultura” de compreensão dos direitos sociais e das políticas sociais, dentre aqueles que permeiam a divisão de responsabilidades no trato com as diversas expressões da questão social, em um cenário de correlação de forças que desresponsabiliza o Estado e legitimam e incentivam para a execução das políticas sociais, para a sociedade civil, que intensifica os vazios protetivos desconsiderando a lógica da participação e acenam cada vez mais para a mercantilização dos direitos ora conquistados nos últimos anos.

De certo, a importância das lutas sociais que reverbera na participação social para a efetivação das políticas sociais públicas e a ampliação dos direitos na atualidade torna-se um imperativo nos distintos espaços de debates, haja vista a invasão neoliberal e neoconservadora, próprias da nova direita, esta que não reconhece a demanda por políticas públicas e visa minimizá-las.

Por último, é chamado ainda a comunidade acadêmica para que através das suas agendas de pesquisas, pelos entes federados, dentre outros, para fins de legitimidade de demandas, principalmente da classe trabalhadora e da população mais vulnerável às desigualdades sociais, e sua inclusão nas agendas públicas governamentais, como forma de pressionar pela construção de políticas públicas e sua efetivação frente às necessidades de modificações substantivas da conjuntura de políticas de austeridade neoliberal, neoconservadoras e de cunho neodireitistas.

4 CONCLUSÃO

Os desafios e tensões das políticas sociais públicas no cenário contemporâneo com a nova direita no poder e sua ala extremista no Brasil, tem expressado a racionalidade neoliberal e neoconservadora estendida aos diversos âmbitos da vida em sociedade, extrapolando a dimensão econômica e reduzindo a condição protetiva, esvaziando cada vez mais a proteção formal do Estado.

O neoliberalismo, o neoconservadorismo e as tônicas neodireitistas são uma ameaça legítima e constante para as políticas sociais públicas e os direitos conquistados no Brasil. As

contrarreformas e desmontes, subtraíram e ceifaram direitos ou ainda inibiram a legitimação de muitos destes que já foram conquistados e então positivados. São ataques que tem se tornado urgente e imperativo o chamamento da sociedade, frente aos mais impactantes elementos conservadores que desqualificam os ganhos civilizacionais tão caros do cenário brasileiro.

Por fim, os desafios e as tendências das políticas sociais e dos direitos no cenário contemporâneo brasileiro são inúmeros, que estando sob a tônica neoliberal, neodireitista e neoconservadora, nos deparamos com questionamentos e reflexões dos quais nos remetem a pensar se há possibilidade de mudanças, seja por meio de outra ordem societária ou seja por mudanças parciais e adaptações na ordem vigente. Mudar uma realidade exige lutas, participação da sociedade civil, resistências, inconformismos e reivindicações.

Assim, longe de esgotar as possibilidades de respostas às reflexões, análises e questionamentos realizados nesta discussão, torna-se urgente o chamamento para o debate e para as lutas nas arenas públicas para garantir ganhos civilizacionais que já foram conquistados e avançar com constructos de emancipação, sugerida a priori uma emancipação política.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. *In*: SABER, E.; GENTILI, P. (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Filosófica Politeia, 2019.

BOITO JR, A. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. **Crítica Marxista**, edição comemorativa n. 50, 2020.

CHAUÍ, M. **O que é a “nova” ultradireita?** 2019. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/marilena-chaui-o-que-e-a-nova-ultradireita/>. Acesso: 14 nov. 2019.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FONTES, V. **Capitalismo em tempos de uberização; do emprego ao trabalho**. Colóqui Marx e o Marxismo 2016: Capital e Poder. Mesa Redonda Trabalho e Capital: as contradições políticas

contemporâneas.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2014.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. *In*: MARINI, R.; TRANSPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Org.). **Rui Marini – Vida e obra**. São Paulo: Expressão popular, 2005. p.137-180.

MÈSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

SANTOS, W. G. **A Democracia Impedida: o Brasil no século XXI**. Rio de Janeiro: FGC Editora, 2017.

TEIXEIRA, S. M. **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital: implicações para a proteção social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.